



LEI Nº 765/2018

(Revogada pela Lei nº 843/2019)

**DISPÕE SOBRE A RECOMPOSIÇÃO DOS
VENCIMENTOS DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DO PODER LEGISLATIVO,
ALTERA AS LEIS Nº 421/2009, 423/2009 E
492/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Sr. **PREFEITO MUNICIPAL DE TOCOS DO MOJI**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** APROVOU e ele SANCIONA e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º.— Fica concedida a recomposição dos vencimentos dos servidores públicos municipais do Poder Legislativo, no percentual de **2 %** (dois por cento) sobre a remuneração mensal de cada servidor, seja ele efetivo, ocupante de cargo em comissão, ocupante de função gratificada ou contratado.

Art. 2º.— Em consequência, os dispositivos legais abaixo passam a vigorar, a partir de 1º de fevereiro de 2017, com as alterações a seguir:

I— O art. 1º da Lei nº 421, de 4 de junho de 2009, que cria o cargo de Procurador Jurídico da Câmara Municipal, passa a vigorar com o acréscimo do § 4º com seguinte redação:

“§ 4º— O vencimento mensal que trata o caput deste artigo fica atualizado, a partir de 1º de fevereiro de 2018, para o valor de R\$ **1.660,57** (um mil seiscientos e sessenta reais e cinquenta e sete centavos).”

II— O art. 1º da Lei nº 423, de 18 de junho de 2009, que cria o cargo de Controlador Interno da Câmara Municipal, passa a vigorar com o acréscimo do § 4º com seguinte redação:

“§ 4º— O vencimento mensal que trata o caput deste artigo fica atualizado, a partir de 1º de fevereiro de 2018, para o valor de R\$ **1.328,47** (um mil trezentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos).”

II— **REVOGADO.** (Lei nº 769, de 26/04/2018).

III— O art. 1º da Lei nº 492, de 2 de junho de 2011, que fixa o vencimento mensal do cargo efetivo de Secretário Administrativo e Legislativo da Câmara Municipal, passa a



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCOS DO MOJI

Rua Antonio Mariano da Silva, 36 – Centro – CEP: 37.563-000
PABX: (35) 3445-6900 – e-mail: procuradoriatocos@yahoo.com.br
CNPJ: 01.601-656/0001-22 - Estado de Minas Gerais

~~vigorar com a renumeração do seu parágrafo único para § 1º e com o acréscimo do § 2º com a seguinte redação:~~

~~“§ 2º — O vencimento mensal que trata o caput deste artigo fica atualizado, a partir de 1º de fevereiro de 2018, para o valor de R\$ 1.328,47 (um mil trezentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos).”~~

~~IV — O art. 2º A da Lei nº 492, de 2 de junho de 2011, que fixa o vencimento mensal do cargo efetivo de Contador da Câmara Municipal, passa a vigorar com o acréscimo do parágrafo único com seguinte redação:~~

~~“Parágrafo único — O vencimento mensal que trata o caput deste artigo fica atualizado, a partir de 1º de fevereiro de 2018, para o valor de R\$ 1.328,47 (um mil trezentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos).”~~

~~V — O art. 2º B da Lei nº 492, de 2 de junho de 2011, que fixa o vencimento mensal do cargo efetivo de Controlador Interno da Câmara Municipal, passa a vigorar com o acréscimo do parágrafo único com seguinte redação:~~

~~“Parágrafo único — O vencimento mensal que trata o caput deste artigo fica atualizado, a partir de 1º de fevereiro de 2018, para o valor de R\$ 1.328,47 (um mil trezentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos).”~~

~~Art. 3º. — As despesas geradas por essa Lei correrão por conta das dotações próprias, consignadas nas respectivas unidades do orçamento vigente.~~

~~Art. 4º. — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2018.~~

Tocos do Moji, MG, 9 de fevereiro de 2018.

Antônio Rodrigues da Silva
Prefeito Municipal

Renata Ribeiro Rossi
Diretora do Departamento de Fazenda

REVOGAÇÃO TOTAL PELA LEI Nº 843, DE 26/11/2019.